

Gestão do Patrimônio Familiar **Uma abordagem Econômica, Administrativa e Contábil**

Nelton da Silva Lehnhard*

RESUMO: O objetivo principal deste trabalho é evidenciar o conceito de patrimônio, integrando a economia, administração e contabilidade aplicadas ao ambiente familiar, buscando um só fim, que é a gestão patrimonial. As três áreas de conhecimento das ciências sociais abordadas neste artigo referem-se a situações peculiares das famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Familiar, Economia Familiar, Contabilidade Familiar, Gestão.

ABSTRACT: The main objective of this assignment is to demonstrate concept of assets, integrating the economy, administration and accounting applied to the family environment, with one main objective of administrating the assets. The three types of approaches of social sciences shown in this article refer to the peculiar family.

KEY WORDS: Home Accounting, Home Economy, Home Assets.

1. Introdução

É comum avaliarmos o patrimônio de uma entidade, quer seja empresarial ou familiar, apenas pelo valor dos seus bens (imóveis e veículos entre outros), ignorando que existem direitos a realizar (saldos bancários, contas a receber), bem como obrigações (dívidas a pagar e empréstimos de terceiros). Este conjunto de bens, direitos e obrigações é o patrimônio; já a riqueza líquida da família é apurada pelo somatório de bens e direitos subtraindo-se as obrigações. Na gestão desse patrimônio e, principalmente, na apuração da riqueza líquida, que representa o que realmente pertence a família, é importante observarmos:

- a condução da economia do país, que pode vir a aumentar ou diminuir o seu poder de compra, restringir o acesso ao crédito, aumentar o nível de endividamento familiar;
- a forma de se administrar e planejar esse patrimônio;

* Professor da FACEPAL e Mestrando no Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências Sociais Aplicadas, área de concentração em Contabilidade, da FACEPAL – Palmas-PR.

- como a contabilidade pode auxiliar no controle e verificação dos propósitos da família.

Estes aspectos econômicos, administrativos e contábeis em relação à gestão do patrimônio familiar são o que nos propomos examinar neste trabalho. Não pretendemos esgotar o assunto, mas mostrar a integração dessas três áreas de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas.

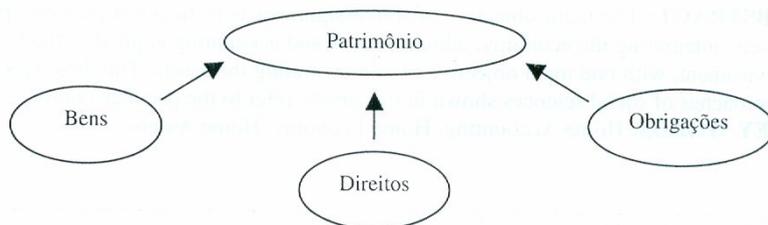


Figura 1 - Sistema Patrimonial Familiar

2. A Gestão do Patrimônio

A família é dotada de patrimônio e este representa recursos que devem ser medidos e controlados. Trata-se, na verdade, de um conjunto de fontes, as chamadas origens, e de aplicações, ou seja, onde foram alocados esses recursos.

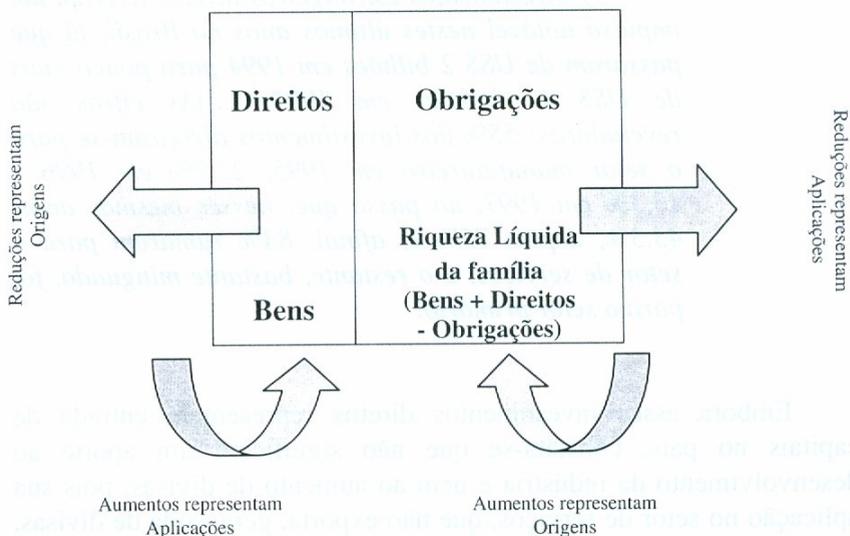
Gerir um patrimônio significa orientar-se nas informações disponíveis, buscar outras consideradas relevantes para as decisões e, então, definir as estratégias que, certamente, irão influenciar na riqueza líquida da família.

2.1 Origens e Aplicações de Recursos

Quando as contas de *bens* e *direitos* aumentam, significa que houve uma *aplicação* de recursos, quando diminuem, significam uma *origem* de recursos.

Quando as contas de *obrigações* aumentam, representam uma *origem* de recursos, quando diminuem, significam uma *aplicação* de recursos.

QUADRO 1 - Origens e aplicações de recursos no patrimônio familiar



2.2. Abordagem Econômica

O fluxo de capitais voláteis, aqueles que entram e saem do país facilmente, pois estão aplicados em papéis que rendem juros, interferem de forma acentuada na economia enfraquecida de países em desenvolvimento e, em conseqüência, trazem distorções na economia familiar, fazendo com que haja uma adaptação às novas situações, geradas por esta instabilidade econômica.

Os sistemas econômicos estão cada vez mais ágeis, influenciando e alterando as economias mundiais e nacionais. O fluxo de investimentos estrangeiros é bastante grande e influencia a condução da política econômica brasileira. (SALAMA, s.d, s.p.a) descreve a entrada desses capitais aplicados de forma fixa no país:

Os investimentos estrangeiros diretos tiveram um impulso notável nestes últimos anos no Brasil, já que passaram de US\$ 2 bilhões em 1994 para pouco mais de US\$ 17 bilhões em 1997. (...)As cifras são reveladoras: 55% dos investimentos dirigiram-se para o setor manufatureiro em 1995, 22,7% em 1996 e 13,3% em 1997, ao passo que, nesses mesmos anos, 43,3%, depois 75% e, afinal, 83% rumaram para o setor de serviços, e o restante, bastante minguado, foi para o setor primário.

Embora esses investimentos diretos representem entrada de capitais no país, constata-se que não significam um aporte ao desenvolvimento da indústria e nem ao aumento de divisas, pois sua aplicação no setor de serviços, que não exporta, gera saída de divisas, através da remessa de dividendos, *royalties* e juros. Investimentos no setor primário e manufatureiro, aqueles que geram produtos e bens teriam um impacto diferenciado na economia, pois resultariam em novas entradas de capitais, devido ao efeito da exportação.

Citamos novamente (SALAMA, s.d, s.p.b), alertando para os perigos da dependência desse tipo de capital nas economias:

A crise exprime as contradições de uma lógica liberal levada a extremos: para reduzir o déficit orçamentário, acentuado pelo aumento do serviço da dívida (ele próprio produzido por uma alta dos juros), cogita-se reduzir gastos com saúde.

Tal situação revela a política econômica do governo na captação de investimentos estrangeiros. Constata-se que a valorização apenas do capital infla a própria dívida, já que, por necessidade de equilibrar o orçamento, oferecem-se taxas de juros crescentes para atrair esses investidores externos, sem cogitar em trazer esses capitais para investimentos fixos (setor manufatureiro e primário) com a conseqüente geração de riquezas e divisas ao país.

Essas situações, podemos verificar, interferem diretamente na economia familiar, através do aumento das taxas de juros, endividamento das famílias, restrições ao crédito e dificuldades de planejamento a longo prazo, haja vista a instabilidade provocada por esses fluxos de capitais.

Essa instabilidade é relatada por dez especialistas da área econômica ao repórter (NOGUEIRA, 1999, p.158-163) da revista Veja n. 47, em matéria cujo título é “Devagar, mas vai”, encontrada na seção de Economia e Negócios:

(...) As combinações adversas, se ocorrerem ao mesmo tempo, resultam naquele estado catatônico tristemente familiar ao brasileiro. É bom torcer para que não aconteçam. Se a inflação disparar, o Banco Central, em última instância, será obrigado a elevar os juros. Isso tornaria o crédito mais caro, seguraria o consumo, desestimularia os investimentos das empresas, esfriando o já pouco vigoroso processo de recuperação. Outra possibilidade, mais remota, é uma desaceleração abrupta da economia americana. Isso

prejudicaria as exportações brasileiras e diminuiria o investimento de capitais estrangeiros no Brasil.

Nesse contexto, a economia doméstica deve adaptar-se, sob pena de ver seu patrimônio diluir-se em meio ao crescimento do endividamento e escassez de recursos, além do preocupante problema de desemprego, que conforme cita (ALVES, et. al. 1999, p.110-112), é reflexo, entre outros fatores, de uma economia enfraquecida pelas altas taxas de juros:

Quem viu, na semana passada, toda a pompa do anúncio do pacote de medidas para baixar os juros cobrados dos consumidores não deve esperar para breve uma queda drástica das taxas ou crédito fácil em qualquer esquina. Afinal, muitas das 21 medidas só terão impacto a médio e longo prazos. E algumas dependem da aprovação do Congresso. Os juros altos são apontados como um dos vilões que emperram o crescimento da economia e impedem a queda do desemprego.

2.3 Abordagem Administrativa

Embora limitado às possíveis alterações futuras na política econômica, os gestores do patrimônio devem planejar os projetos pessoais, na intenção de utilizar adequadamente seus ativos (bens e direitos), de forma a prover a família dos recursos necessários para tais investimentos, ou pelo menos minimizar o impacto de alterações na condução da economia do país.

SOMOGGI (1999, p.146-150) relata o caso de um jovem casal, comum como outros tantos casais brasileiros, preocupados com suas finanças, carreira, família e o patrimônio:

Ela serve como exemplo de que a simples prática de parar, pensar e colocar os planos no papel é fundamental para fazer as coisas começarem a acontecer. Parece óbvio, É óbvio. E mesmo assim é difícil. Decidir quando você quer ter um filho, qual é a hora certa de montar um negócio próprio ou investir num segundo imóvel dá trabalho. Calcular quanto custa realizar cada sonho, também.

Verifica-se que, assim como as Pessoas Jurídicas, também as famílias encontram dificuldades em conseguir recursos financeiros para custear os projetos pessoais e, até mesmo, para custear as próprias necessidades básicas.

Constata-se que, para a primeira, os recursos são escassos e a obtenção de financiamentos a longo prazo pode não ser a opção ideal, já que a política adotada pelos governantes, ou a falta delas, não permitem projeções a longo prazo, tornando difícil o prévio orçamento na administração dos recursos da família, além do que, as taxas de juros praticadas, tornam inviáveis quaisquer tentativas de financiamento. (ALVES et. al. 1999, p.110-112) cita Fraga, Presidente do Banco Central, quando este afirma que: *“Tomando como base 17 grandes bancos, o estudo encontrou taxas médias de 178% ao ano, ou 8,50% ao mês, entre maio e junho deste ano – Essas taxas estão para lá de elevadíssimas”*.

Na segunda, os administradores familiares encontram dificuldades para lastrear as despesas de subsistência da família, sendo hoje, muito comum que o casal e não mais apenas um deles seja o responsável pelo orçamento familiar.

MANSUR (1999, p.84-87) confirma essa participação cada vez maior da mulher no orçamento familiar:

Previa-se que, aumentando sua participação no mercado de trabalho, as mulheres teriam mais dinheiro no bolso e iriam às compras com mais vigor ainda do que antes. O que não se imaginava é que a mulher também tomaria as rédeas daquilo que a família compra com o dinheiro do marido. Há trinta anos, quando entravam para valer no mercado de trabalho, elas respondiam por 45% das decisões de compra. Hoje, resolvem o que será empacotado em 70% de todas as aquisições domésticas, de cuecas a meias, ao carro e a própria casa.

2.4. Abordagem Contábil

A Contabilidade aplicada ao ambiente familiar não está vinculada à legislação, devendo apenas obedecer a princípios e normas que a regem, e servirá para fins gerenciais, tais como: orientação na aplicação dos recursos financeiros disponíveis, estabelecimento de padrões de gastos e receitas, previsões orçamentárias, medidas da riqueza líquida da família, planejamento do Imposto de Renda Pessoa Física, entre outros. Confirmando essa vocação moderna da contabilidade, (SÁ, 1999, p.49-53) define:

Amplia-se a cada momento, a cada passo em frente que os meios de comunicação realizam, a necessidade de transformações de conceitos e de práticas no campo da informação sobre a riqueza. A velocidade com que as decisões devem ser processadas mudou a atmosfera administrativa de nossos dias, e a Contabilidade, como fonte e orientação de modelos de comportamento dos capitais, vem acompanhando essa evolução. (...)A Contabilidade como ciência pode e deve oferecer meios de previsão; se não pudesse, faltar-lhe-ia um requisito para enquadrar-se como conhecimento racional e universal.

Utilizada como fonte de informação, a contabilidade pode tornar-se uma ferramenta poderosíssima para a tomada de decisão. Essa tem a característica de medir quantitativamente os elementos do patrimônio, ordenando-os de forma a transformar números em informações, estabelecendo padrões, apurando resultados passados e transformando-os em previsões, possibilitando a análise de tendências, permitindo aos gestores de um patrimônio organizarem-se de forma a aproveitar as oportunidades ou prepararem-se para evitar dissabores.

3. Considerações Finais

Cada vez mais amplia-se a necessidade de organizar e planejar a gestão do patrimônio familiar e as contribuições que a economia, a administração e a contabilidade podem dar às famílias, são enormes e vão desde a simples orientação do acompanhamento da política econômica, ao registro e organização de relatórios, estudo de padrões e previsões de situações futuras.

Planejar, organizar e orientar-se, para então decidir e executar são procedimentos que estão cada vez mais presentes na gestão do patrimônio das famílias, e tudo isso se justifica para evitar que o conjunto de bens e direitos torne-se ameaçado pelas obrigações. O crescimento desproporcional dessas, leva ao endividamento e à criação de situações desfavoráveis ao equilíbrio patrimonial.

4. Referências Bibliográficas

- ALVES, Fábio "et al". **O sonho do juro civilizado**. Época, São Paulo: n. 74, p.110-112. out. 1999.
- MANSUR, Alexandre. **Elas é que mandam**. Veja, São Paulo: n. 32, nov. 1999. p.84-87.

- NOGUEIRA, César. **Devagar, mas vai.** Veja, São Paulo: n. 47, nov. 1999. p.158-193.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Vocação Moderna da Contabilidade.** Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília: n. 119, set/out. 1999. p.49-53.
- SALAMA, Pierre. **Incentivos ao investimento estrangeiro direto.** Folha de S. Paulo: São Paulo: s.d, s.p.a.
- SALAMA, Pierre. **A origem interna da crise financeira.** Folha de São Paulo: São Paulo: s.d, s.p.b.
- SOMOGGI, Laura. **Uma coisa de cada vez.** Você S.A, São Paulo: n.17, nov. 1999. p.146-149.

3. Considerações Finais

Cada vez mais, empresas e governos estão se preocupando com a sustentabilidade financeira e social. Isso se reflete na busca por práticas que possam garantir o crescimento sustentável das organizações. Nesse contexto, a contabilidade desempenha um papel fundamental, fornecendo informações essenciais para a tomada de decisões estratégicas. A adoção de práticas sustentáveis não apenas contribui para a redução de riscos, mas também pode gerar vantagens competitivas e melhorar a reputação das empresas.

Plantar sustentabilidade no Brasil requer um esforço conjunto de todos os setores da sociedade. É necessário promover a conscientização e a adoção de práticas sustentáveis em todas as etapas do ciclo de vida das organizações. Além disso, é fundamental fortalecer a regulamentação e a fiscalização, garantindo a transparência e a credibilidade das informações sustentáveis. Somente assim será possível alcançar um desenvolvimento econômico verdadeiramente sustentável e benéfico para as futuras gerações.

4. Referências Bibliográficas

- ALVES, Tereza. O papel da sustentabilidade e a contabilidade. *Revista de Contabilidade*, n. 119, set/out. 1999. p. 49-53.
- MARIN, R. A. A sustentabilidade financeira e o papel da contabilidade. *Revista de Contabilidade*, n. 119, set/out. 1999. p. 54-61.